

**Segundo Galilea**

**Teologia da Libertação**  
*Ensaio de síntese*

## APRESENTAÇÃO

*Quando os seminaristas de minha geração estudavam teologia em nossa Universidade Católica, lá pelos anos 1945-1949, uma vez por outra se falava com certo pessimismo sobre a possibilidade de se fazer teologia na América Latina. Nossos grandes professores eram todos estrangeiros, contratados a duras penas na Europa ou nos Estados Unidos, ou então eram chilenos que — não se sabe por que exceção — conseguiram dedicar seu tempo sacerdotal de consagração exclusiva ou preferentemente aos estudos. Mas não partilhavam destes sonhos, já que acreditavam que o obstáculo principal para uma elaboração teológica na América Latina era justamente esta débil resistência à tentação da ação apostólica imediata. Depois vieram outros europeus ou latino-americanos, formados na Europa para o ensino, e de repente a coisa mudou. Não porque conseguiram ficar afastados da vida ministerial, mas, inversamente, porque suscitavam no plano da teologia a busca de uma inspiração mais viva, concreta, social, “existencial”, como se dizia, empregando um vocábulo então em voga.*

*À medida que a marginalidade, a miséria e a frustração dos pobres foram-se tornando notórias, a teologia da libertação — creio eu — foi emergindo nesse contexto histórico. Medellín representou um golpe que atingiu esta situação, surpreendendo a todos nós. Suponho que a preparação do Concílio, entre professores e comissões que se formaram para assessorar os bispos, contribuiu para que a noção de teologia fosse mudada e, agora elaborada a serviço deste mundo melhor escutado pela fé.*

*O grito de Medellín parece ter contado também com a exumação de alguns desses trabalhos pastorais. A “teologia pastoral” deixou de ser uma parente pobre dos grandes tratados dogmáticos, à proporção que melhorávamos nossa epistemologia teológica e nossa ecclesiologia. Cremos que a “diáspora” das pequenas comunidades fervorosas e de cristãos realmente convertidos é o fruto atual da efusão pentecostal que foi o Concílio.*

*Há certamente uma massa de católicos tradicionalista que resistem ao Concílio, esforçam-se por relativizá-lo e quase o acusam como o culpado de não sei que “crise” da Igreja. Para eles, com certeza, a teologia da libertação não é mais que uma corrente secularizada ou horizontalizada de um pensamento cristão apenas de nome, ou, pior ainda, a ponta de lança descarada da infiltração marxista na Igreja. Continuaremos sensíveis, apesar das repressões herodianas, ao desafio do humanismo marxista: para vencer essa fé imanentista e essa energia de generosidade — e agora de martírio! — far-nos-á falta uma fé melhor e mais profunda numa libertação realmente transcendente, como também uma prática efetiva de uma melhor imagem da dignidade do homem.*

*É bem possível que os teólogos clássicos não nos sirvam de grande auxílio nesta necessidade da Igreja. Ademais, vemos que a teologia européia agora está profundamente interessada — e mesmo surpresa! — na teologia latino-americana da libertação. Não podíamos de forma alguma pressentir isso há trinta anos. “Et*

*exaltavit humiles!*”.

*Por isso este trabalho de Segundo Galilea — ágil, sintético, nervoso e ao mesmo tempo profundo, qualidades que da pessoa passam ao papel entre uma viagem e outra, um retiro ou um curso — torna-se muito útil aos leitores latino-americanos. Desejo que este opúsculo dissipe preconceitos e contribua para que a teologia da libertação seja melhor conhecida, pois agora, mais do que nunca, precisamos descobrir na América Latina que verdade é a que nos fará livres.*

DOM JORGE HOURTON  
Bispo Auxiliar de Santiago do Chile

## APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO

*O Autor pede que eu acrescente uma palavra à apresentação desta terceira edição de seu opúsculo, que vem à luz agora depois de Puebla. Desejaria apenas expressar a minha convicção de que a Teologia da Libertação saiu robustecida e purificada de Puebla. Ao contrário do que a grande imprensa tendenciosa e manipulada predizia antes e vozeava durante a Conferência, no sentido de que a Libertação da teologia estava sendo rechaçada pelos Bispos, a missão própria da Igreja, a evangelização, foi reiteradamente qualificada de “Libertadora”. O Papa João Paulo empregou o termo, seguindo a Evangelii Nuntiandi de Paulo VI, precisamente no sentido em que inclui não só a libertação do pecado em geral, mas concretamente no sentido de que a evangelização deve incluir as culturas, se vincula à promoção humana e se refere às estruturas de opressão social, econômica e até mesmo política.*

*Além disso, Puebla renovou com vigor e lucidez a opção preferencial pelos pobres. Isso não significa um chamamento a aumentar as obras de assistência e caridade, mas a orientar sua pastoral no sentido de tornar mais intolerável à consciência cristã o penoso escândalo do crescimento da miséria de muitos às custas do enriquecimento de poucos, num continente que se proclama cristão. O mundo dos crentes, cada vez mais, não pode abstrair deste dado existencial.*

*O materialismo, tanto do capitalismo como do marxismo, como também a futilidade da ideologia da segurança nacional foram, eles sim, rejeitados e denunciados como falsos caminhos de libertação e desenvolvimento. O escândalo da violação dos direitos humanos, do armamentismo e das economias regidas apenas pela competição e o lucro, mais uma vez sensibilizou a consciência moral e a racionalidade dos povos, ao recuperarem os canais democráticos de uma autêntica participação.*

*A teologia latino-americana solicitada pelos Pastores irá impor-se definitivamente de maneira crescente e generalizada, no cumprimento deste augúrio que Dietrich Bonhoeffer fez numa alocução batismal, em maio de 1944:*

*“Vós descobrireis uma nova relação entre pensamento e ação. Só pensareis naquilo de que vos haveis de responsabilizar por vossa ação. Para nós, o pensamento era freqüentemente um luxo de espectador; para vós, o pensamento estará totalmente ao serviço da ação”<sup>1</sup>*

DOM JORGE HOURTON P.

Bispo Auxiliar de Santiago do Chile

1 – D. BONHOEFFER, *Resistencia y sumisión*, Anel, Barcelona, 1969, 179.

1.

## **O SIGNIFICADO TEOLÓGICO E PASTORAL DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

A teologia da libertação é o sinal de um novo momento da História da Igreja na América Latina. Apresenta-se com a originalidade de incluir, como inerente a ela, a situação histórica e a realidade social dos povos latino-americanos. Apresenta-se, talvez pela primeira vez, como teologia especificamente “latino-americana”. Não no sentido de romper de alguma forma a catolicidade de toda autêntica teologia, mas no sentido de uma teologia elaborada “a partir” das Igrejas da América Latina, que vivem uma situação pastoral comum e original.

Também não é teologia latino-americana no sentido de que sirva somente para este continente. É chamada a levar sua contribuição para toda a Igreja, e de fato já o está fazendo. Não só pelo interesse que desperta e por sua ampla difusão nos meios cristãos da Europa, Estados Unidos e nos teólogos “terceiro-mundistas” da África e Ásia, fato inédito na produção teológica latino-americana. Seu significado e influência foi captado pelo mais alto magistério. Paulo VI a levou em consideração explicitamente ao desenvolver um dos capítulos centrais da “*Evangelii Nuntiandi*” (29.39): a evangelização inclui “uma mensagem particularmente vigorosa em nossos dias sobre a libertação” (29). Diz João Paulo II: “A teologia da libertação com frequência está relacionada exclusivamente com a América Latina, mas é preciso reconhecer que é exigência de alcance universal. A função da teologia é achar o verdadeiro significado da libertação nos diferentes e concretos contextos históricos contemporâneos. É parte da verdade chamar por seu nome a injustiça, a exploração do homem pelo homem e pelo Estado, dos mecanismos e sistemas econômicos” (Discurso em Roma, 21-2-79, ao regressar da América Latina).

A teologia da libertação também não pretende esgotar todas as tarefas atuais da teologia do continente, mas acentua uma das mais importantes e urgentes, se não a mais importante e urgente: a reflexão teológica sobre o sentido do compromisso da Igreja e de seus cristãos na justiça, na defesa da dignidade humana, na libertação dos pobres e oprimidos, em ordem à evangelização.

Nesta reflexão eclesial há atualmente várias correntes e acentos, mas entre elas são maiores os consensos, as coincidências e convergências. Ora, para identificar o que há de comum na teologia da libertação, é necessário diferenciá-la e distingui-la de outras formas de reflexão em torno da libertação, que não são propriamente teológicas, e que são abundantes. Existe a teologia da libertação propriamente dita, que se inscreve numa preocupação de fé e evangelização, como toda teologia católica. E existe a reflexão de cristãos sobre a libertação, num nível mais ideológico, sócio-político, pedagógico ou estratégico... Ambos os níveis de reflexão são necessários para os cristãos que vivem na cidade temporal, mas o segundo não é propriamente teológico, não se constrói em nome da fé e do Evangelho. A confusão está em que para muitos, toda reflexão sobre a libertação — teológica ou não — já é

“teologia da libertação”. Manifestos, panfletos, documentos de grupos cristãos de conteúdo “libertador”...

A confusão entre ambos os níveis, o dos teólogos da libertação e o dos cristãos que em torno do tema da libertação fazem reflexão primordialmente sócio-política, prejudicou a própria teologia da libertação, fazendo-a objeto de críticas que propriamente não lhe pertencem ou reduzindo-a simplesmente ao nível político, sem suficiente dimensão teológica e pastoral.

Em razão desta confusão — e também por desconhecimento ou falta de discernimento — em alguns setores eclesiais da América Latina a teologia da libertação ainda é “suspeita”, com o perigo de se constituir numa espécie de teologia “não oficial”, tolerada, ou, pior ainda, meio clandestina. Isso é reforçado pelos centros de poder políticos e econômicos, e pela pressão sistemática que exercem pelos meios de comunicação. Não interessa ao “sistema estabelecido” um catolicismo e um apostolado libertadores, fundamentado numa teologia da libertação. O prejuízo desta situação não recai tanto sobre os teólogos da libertação, mas sobre a própria Igreja, e sobre sua missão de comunhão e participação. Acontece que as afirmações fundamentais desta teologia são tão importantes para a Igreja latino-americana e para sua tarefa de evangelização, que é urgente reivindicá-la nos setores onde ainda não foi compreendida. Um pouco ironicamente, diante de muitos presságios que se haviam feito, foi o próprio papa João Paulo e a Conferência de Puebla que a reivindicaram, purificaram e reintroduziram nos meios eclesiais da América Latina. Nunca houve tanto interesse como agora em nossas Igrejas pela teologia da libertação.

### *Três maneiras de fazer teologia*

A teologia da libertação não aparece no panorama latino-americano como um fato isolado, que nasce de repente. Pertence a uma das formas mais tradicionais de fazer teologia católica.

Sabemos que há três “maneiras” de teologizar ou aprofundar a mensagem da fé. Uma delas denomina a teologia como “sabedoria”. É muito antiga. Aparece já no Novo Testamento, nos primeiros escritos cristãos e, através da história, na literatura de muitos santos. Esta teologia é própria do gênero homilético, da reflexão espiritual. Procura fazer da Palavra de Deus alimento real para a vida. Não tem uma pretensão sistemática nem diretamente “científica”.

Outra seria a teologia sistemática, “científica” ou ainda dogmática. Esta “maneira” foi adquirindo crescente importância na vida da Igreja até se tornar fortemente predominante nos últimos quatro séculos: ser teólogo era ser “teólogo dogmático”. Esta forma de teologia — indispensável — procura o encontro da fé e da razão humana no estudo da Revelação divina. Sistematiza em corpos doutrinários, precisa os alcances da Bíblia e do magistério etc.

Logo em seguida está a que poderíamos chamar de “teologia pastoral”. Seu ponto de partida é, em essência, a vida da Igreja, a ação pastoral, o compromisso dos

cristãos, a realidade humana na qual a Igreja exerce sua missão. Neste caso, vida e práxis da Igreja é um “lugar teológico”, isto é, uma base para que possamos elaborar e refletir sobre a mensagem de Jesus Cristo. Assim sendo, a ação pastoral e a práxis cristã são o “ato primeiro”, ao passo que a reflexão teológica é o “ato segundo”, que ilumina e reorienta a ação. A teologia da libertação, portanto, situa-se melhor nesta “maneira” de fazer teologia. É uma teologia pastoral.

Seguramente, mais de um teólogo deve se sentir incomodado com este tríplice nível de teologias. E necessário entender bem isto. Em primeiro lugar, nenhuma “maneira” de fazer teologia está sozinha, isolada. Todas elas incluem elementos dos três níveis. Na prática, não é fácil classificar a maneira de fazer teologia. Para ser boa teologia católica, nenhum destes níveis pode prescindir de fazer referência aos demais. A teologia como sabedoria e a teologia pastoral devem apoiar-se sempre nos dados da teologia científica, ainda que não sejam explícitos, e a teologia científica, por sua vez, deve fazer referência permanente à vida espiritual e pastoral, para que não fique à margem da história.

Diz-se que a teologia da libertação é uma “nova maneira” de fazer teologia. Deve-se entender muito bem isto, pois, tomado ao pé da letra, é excessivo. Já vimos que seu método se inscreve no nível de uma “teologia pastoral” ou de uma “teologia das realidades” em que vivem os cristãos. Neste sentido, poder-se-ia considerá-la como “novidade” em relação a uma teologia que predominou até recentemente, muito abstrata e muito pouco pastoral. A teologia da libertação reivindica um modo muito tradicional de fazer teologia. E neste sentido, por conseguinte, não é uma “nova maneira”, absoluta, porque se insere na melhor tradição teológico-pastoral: dar um conteúdo de fé à “práxis” cristã, neste caso a seu compromisso pela libertação dos oprimidos.

### *Antecedentes históricos*

Melhor tradição, inclusive na América. Os antecedentes longínquos da teologia da libertação são encontrados no século XVI, nas origens do cristianismo no continente. Uma das preocupações dominantes dos missionários, e também de muitos teólogos na Espanha, foi a de formular as exigências da fé e da missão diante da realidade social e pastoral caracterizada pela conquista e evangelização dos índios, que condicionou a “práxis” pastoral e social dos grandes missionários. A esta “práxis” refere-se João Paulo em seu discurso de chegada a São Domingos: “...Vieram anunciar o Cristo Salvador, defender a dignidade dos indígenas, proclamar seus direitos invioláveis, favorecer a promoção integral...”

A práxis dos primeiros evangelizadores era libertadora, e a partir dela elaborou-se uma reflexão teológica. Seus representantes mais conhecidos são Francisco de Vitoria<sup>1</sup> e Bartolomeu de las Casas<sup>2</sup>, o primeiro mais acadêmico, o segundo mais profético e pastoral. Mas a preocupação básica era a mesma: elaborar uma teologia que estabelecesse os direitos humanos dos índios, desse uma interpretação cristã à nova situação a que estavam submetidos, assim como à situação

dos seus conquistadores e “encomenderos”<sup>3</sup>. Justificar, em nome do Evangelho, o impulso profético e freqüentemente conflitivo dos missionários que defendiam os oprimidos, lutavam pela justiça e enfrentavam o poder. Nossa teologia da libertação situa-se precisamente nesta linha.

1 – VITORIA, Francisco de, teólogo e jurista dominicano, nasceu na Espanha em 1483 (data discutida: para outros, 1492) e morreu em 1546 (N. do T.).

2 – CASAS, Bartolomeu de las, dominicano espanhol, nasceu em 1474 e morreu em 1566. Lutou pelos direitos dos indígenas e foi precursor do anticolonialismo (N. do T.).

3 – “Encomendero”, isto é, dono de índios. Havia, na América espanhola, uma instituição chamada “encomiendas”. Cabia a essa instituição a distribuição dos índios entre os conquistadores. O índio deveria trabalhar para seu dono, o “encomendero”, o qual, por sua vez, deveria ensinar-lhe a religião cristã (N. do T.).

### *Como se diferencia da teologia norte-atlântica*

Dizíamos que o aspecto original da teologia da libertação é o fato de ser uma teologia elaborada “a partir” da realidade eclesial latino-americana. Assim sendo, seu enfoque quase sempre será diferente daquele da teologia que hoje se elabora na Europa, Estados Unidos e Canadá. Estas teologias são elaboradas em contextos cristãos de opulência, de expansão cultural, a partir de mundos desenvolvidos e protagonistas da história. A partir do “centro”. Sua preocupação básica é a secularização, a perda da fé e a aguda indiferença religiosa num mundo científico e ilustrado, rico e materialista. O interlocutor desta teologia é o homem secularizado, o “não-crente”.

A teologia latino-americana é elaborada num contexto cristão de miséria, de dependência e de exploração múltiplas. Sua preocupação básica é a justiça, a libertação dos oprimidos como parte do anúncio e da vivência da fé. É uma teologia que parte do mundo dos pobres, da periferia, e procura ser a “voz teológica” deles, a perspectiva cristã dos católicos pobres se eles pudessem fazer teologia. Seu interlocutor não é primeiramente o “não-crente” (o povo latino-americano conserva uma forte religiosidade), mas o “não-homem”, o pobre, a quem a marginalização e a miséria levou a uma situação sub-humana, e onde sua própria vida cristã está ameaçada: “tende a tirar-lhes a sua maior riqueza que é Deus” (Puebla: Mensagem aos povos).

### *Uma teologia interdisciplinar*

Outra diferença significativa entre a teologia da libertação e as outras escolas



está no seu recurso às ciências sociais, como auxiliares, incluindo uma certa análise da realidade latino-americana. Porém isto não constitui o formal desta teologia, pois como tal é formalmente um discurso da fé. As ciências sociais, como auxiliares da teologia neste caso, são seu ponto de apoio e como que uma “matéria-prima”. Portanto, a teologia, como reflexão-da-fé, tem por missão não apenas aprofundar a Revelação em si, mas também a revelação de Deus nas realidades históricas e sociais.

Por seu recurso às ciências sociais, alguns argumentam que a teologia da libertação não passa de um “sociologismo”. Deve-se dizer, contudo, que a teologia sempre utilizou ciências auxiliares em sua reflexão, especialmente a filosofia, embora sem se identificar com nenhuma delas. Assim, a teologia tomista trabalha com certas categorias filosóficas, mormente escolásticas, mas não se reduz a elas no conteúdo da fé, que reflexiona utilizando esse instrumental filosófico. (A teologia da eucaristia não está condicionada a categorias como “substância” e “acidente”, pode muito bem ser formulada em outras categorias).

É próprio da teologia da libertação utilizar, sem desprezar o recurso filosófico (história, liberdade etc.), predominantemente as ciências sociais. Acusar os teólogos da libertação de “sociologistas” corresponde mais ou menos a acusar Santo Tomás de “filosofista”. O perigo de cair num “sociologismo” existe e deve ser evitado; mas este perigo não é maior que o de os teólogos escolásticos caírem num “filosofismo”.

Aqui o recurso às ciências sociais é justificado pela mesma preocupação eclesial da teologia da libertação: a libertação do “não-homem”, como já indicamos.

O “não-homem” na América Latina está condicionado muito mais pelo social do que pelo filosófico (como é o caso do não-crente no mundo nórdico); por isso, a teologia da libertação deve dialogar com as ciências sociais.

### *O que se entende por libertação*

Para esclarecer as questões em torno da teologia da libertação, é necessário precisar a própria idéia de libertação. Uma das principais fontes dos mal-entendidos é devida ao uso fácil e às vezes ambíguo do termo. Na teologia da libertação, evidentemente, trata-se da libertação “cristã”. Esta libertação não é algo diferente das libertações humanas, históricas, sociais, mas enriquece-as consideravelmente.

Talvez a melhor maneira de precisar o termo “libertação” seja verificar sua origem no vocabulário teológico latino-americano.

Seu antecedente imediato está na *Populorum Progressio* de Paulo VI. Até então (década de 50 e boa parte do ano 60) falava-se de “desenvolvimento” como o projeto de tirar os povos latino-americanos de sua condição de miséria. Paulo VI afasta-se desta noção e fala de “desenvolvimento integral”, já que a idéia de “desenvolvimento” era insuficiente. Estava muito ligada a índices materiais e econômicos, descuidando de outras dimensões do homem. “Desenvolvimento integral”, em contrapartida, é a promoção do homem em todos os seus aspectos, incluindo também os éticos e religiosos; é, pois, todo processo que conduz “de situações menos humanas a situações mais humanas” (P.P. 14).

Esta concepção, que supera o puro “desenvolvimentismo” do mundo industrializado, influenciou decisivamente a Conferência de Medellín (1968), e já antes, mas de modo limitado, muitos cristãos (que no início da década de 60 já falavam de “libertação”). É justamente Medellín o primeiro a utilizar, como termo oficial, a palavra “libertação”. A partir de então ficou sendo a rubrica da reflexão e da tarefa dos cristãos no continente.

Embora com freqüência seja utilizado entre nós como equivalente de “promoção humana” ou “desenvolvimento integral”, o termo “libertação” é mais rico e adequado do que os anteriores. Tem sólidas consonâncias bíblicas: o Deus da Bíblia que se nos revela plenamente em Jesus é um Deus libertador, não propriamente “promotor do desenvolvimento integral”... Libertação exprime melhor a idéia do homem que vai se tornando sujeito do seu destino e de sua história. Implica melhor a idéia de superação das servidões e o advento da justiça: pode haver promoção e desenvolvimento mantendo-se a dependência injusta. É mais coerente com a idéia cristã do crescimento interior que deve acompanhar toda promoção social para que seja libertadora.

Seguramente podemos afirmar que a idéia da libertação e da teologia da libertação adquirem estatuto eclesial na Conferência de Medellín. Ali, dá-se um sentido e uma interpretação teológica à tarefa de libertação humano-temporal da América Latina, ao relacioná-la com a salvação de Jesus Cristo. (Introdução às Conclusões, 4-6). Se há relação entre a fé e a libertação humana, entre o reino de Deus e a construção da sociedade, entre a evangelização e a promoção temporal, então “libertação” não é uma noção puramente terrena, mas tem uma dimensão escatológica. Portanto, pode-se falar de uma teologia da libertação.

A *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI (1975) confirma a mesma orientação. O Papa adota o termo “libertação” como “o esforço e a luta por superar tudo aquilo que os condena (os povos) a ficar à margem da vida: fome, doenças crônicas, analfabetismo, desemprego, injustiça nas relações internacionais, nos intercâmbios comerciais, situações de neocolonialismo econômico e cultural, às vezes tão cruel quanto o político...” E acrescenta: “Entre evangelização e promoção humana — desenvolvimento, libertação — existem efetivamente laços muito fortes... de ordem antropológica... de ordem teológica...”.

Por fim, a Conferência de Puebla assume amplamente o tema da libertação e da evangelização libertadora, na mesma perspectiva. Puebla chega mesmo a elaborar mais a fundo a idéia da libertação, permitindo-nos um resumo do pensamento católico a respeito. Para Puebla (353-356), a libertação cristã tem dois elementos complementares e inseparáveis. Primeiro: a superação de todas as servidões que dilaceram o homem e a sociedade (cuja fonte é o egoísmo, o pecado pessoal e social). Nesta linha “o homem deve transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário”. Segundo: a libertação para o crescimento progressivo no ser, na comunhão com Deus e com os homens. Ambos os elementos da libertação concretizam a libertação radical que Jesus Cristo realizou na Páscoa.

Aqui encontramos os dois aspectos que toda teologia da libertação aprofunda: o aspecto das libertações humanas, sociais, históricas, e o aspecto da salvação que nos é dada em Jesus Cristo. Resumindo, podemos dizer que libertação é a salvação de

Jesus, que se realiza na história.

### *As duas fontes da teologia da libertação*

Em seu método teológico, como já indicamos, a teologia da libertação tira da realidade latino-americana, que é elemento decisivo para seu discurso teológico, a ação da Igreja e dos cristãos para “libertar” esta realidade. Parte do fato do compromisso cristão pela libertação dos pobres e explorados — ou práxis libertadora dos cristãos. (Os cristãos “libertadores” que a Igreja trata de suscitar cada vez mais e em maior número: Paulo VI, EN 38). Tudo isso é parte significativa da vida da Igreja na América Latina; portanto, é um “lugar teológico”, ou base para uma elaboração teológica.

É bem sabido que a “vida cristã” (a espiritualidade, o apostolado, os serviços da caridade e da justiça etc.) sempre foi uma referência importante para a reflexão teológica (“lugar teológico”), já desde as primeiras comunidades e a vida da Igreja primitiva. Ao integrar a práxis libertadora dos cristãos no seu método teológico, a teologia da libertação não faz mais do que colocar-se numa tradição constante de toda teologia católica que parte da vida e quer voltar à vida.

Esta práxis libertadora não é um critério ou lugar teológico autônomo e suficiente. Em seu método, deve recorrer sempre a outro “lugar teológico”, que é central em toda teologia: a Palavra e a Revelação de Deus, a fé da Igreja. Esta interpreta, aprofunda, inspira, critica, purifica toda práxis de libertação. Pois a práxis em si mesma não é normativa: pode errar, degradar-se, afastar-se dos critérios evangélicos. Na teologia da libertação, a Palavra de Deus e o ensinamento da Igreja (sobretudo em questões sociais), garantem que a práxis seja “cristã”; a práxis libertadora, por sua vez, garante que a verdade cristã, a fé da Igreja, sejam fiéis à história, se tornem vida e sejam levadas à prática.

A teologia da libertação realiza a síntese entre a “ortodoxia” e a “ortopraxis”, que deve caracterizar todo bom discurso metodológico de teologia católica.

Resumindo, a teologia da libertação tem duas fontes de elaboração metodológica: a realidade em que vive a Igreja na América Latina (a práxis libertadora dos cristãos), e a fé da Igreja, que verifica esta práxis. Vai da práxis à verificação da fé, e da fé à práxis, dialeticamente.

Seria necessário acrescentar uma precisão sobre a idéia de compromisso ou práxis libertadora dos cristãos. Em alguns setores, existe o preconceito de que a práxis de libertação se identifica com a práxis política, e política revolucionária (e até mesmo violenta). Esta visão é estreita, incoerente não só com a natureza da libertação cristã, mas também com as libertações históricas sem mais. É verdade que a libertação dos pobres e oprimidos tem uma dimensão sócio-política, que na América Latina é da maior importância, como a própria Igreja o reiterou em Puebla (“Evangelização, ideologias e política”, 380 ss; “Leigos”, 630 ss), mas a libertação integral dos deserdados não se reduz à política ou à economia. Deve chegar a todas as formas de servidões humanas: culturais, religiosas, educacionais, trabalhistas etc., o

que exige uma pluralidade de compromissos, segundo a vocação e possibilidade dos cristãos. O importante é que estes compromissos tenham uma dimensão libertadora. Assim temos a educação libertadora, a solidariedade libertadora, a evangelização libertadora, a ação política libertadora... A ação pastoral (evangelização) e a política são, certamente, formas englobantes e de especial importância na práxis cristã da libertação.

2.

## **A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO COMO CRÍTICA DA SOCIEDADE LATINO-AMERICANA**

### *Uma teologia crítica*

Já dissemos que a teologia da libertação tem como uma de suas fontes a realidade latino-americana em que vive e atua a Comunidade cristã. Diante desta realidade, esta teologia não permanece neutra. É crítica. Quer pôr-se do lado dos deserdados e interpretá-los. O que a leva a isso, além dos fatos históricos e sociais que estão na experiência de todos, é o próprio magistério da Igreja, que de maneira constante e especialmente a nível continental em Medellín e Puebla, denunciou nossa sociedade como injusta e incompatível com o plano de Deus, não só por razões transitórias, mas em suas próprias raízes estruturais.

Ao assumir nossa realidade social como ponto de partida de sua reflexão teológica, a teologia da libertação está consciente da exploração, marginalização, miséria, dependência interna e externa, das aspirações frustradas que marcam esta sociedade (Medellín, doc. Justiça 1,2; doc. Paz 1-13; Puebla 17ss). Puebla constata que esta situação se agravou nos últimos anos, e que a distância entre ricos e pobres é cada vez mais insultante e anticristã (18). Constata também outros aspectos da injustiça, como a violação dos direitos humanos, sobretudo dos mais fracos (23ss, 1023ss), a agressão e a dominação cultural (28ss).

Para a Igreja, isto é uma situação de pecado social (Puebla 17), uma forma de violência institucionalizada (Medellín, doc. Paz 1.6). A teologia da libertação, em seu ponto de partida, reconhece estas injustiças e servidões a que estão sujeitas as maiorias latino-americanas como um fato, mas juntamente com o magistério reconhece também que este fato tem causas e raízes estruturais e permanentes na economia, na política e na organização social (Puebla 19), mantidas pelas minorias dominantes e pelos interesses internacionais. Trata-se de um problema que desafia a justiça e a libertação, não somente o desenvolvimento. É um povo explorado e espoliado, mais do que “atrasado”.

Seguindo Medellín e Puebla, a teologia da libertação em seu ponto de partida assume uma consciência crítica da sociedade, baseada numa análise de suas próprias estruturas desumanas e injustas. Enquanto teologia, não está ligada a nenhuma forma ou escola determinada de análise (não se filiando a nenhuma das várias teorias da dependência ou da marginalidade, ou a alguma das escolas de análise marxista, ou outras, que dão diferentes ênfases para explicar a pobreza e injustiça do continente). Nem se liga a esta ou aquela interpretação ideológica do fato da dependência injusta (algumas marxistas, outras não). Tudo isso é necessário e importante, mas é

competência das ciências sociais e não da teologia. O perigo de uma elaboração teológica em torno da libertação que em seu início assume uma determinada análise e opção sócio-política de maneira consciente e explícita, é o de cair numa “ideologia da libertação”, justificativa de opções contingentes. Este último é próprio e necessário nos cristãos comprometidos na libertação; a teologia lhes fornece uma consciência crítica e ética de toda injustiça e servidão, um impulso e orientação global e evangélico para o compromisso, e uma mística que os acompanhe.

### *Uma situação de pecado*

A teologia da libertação não se fundamenta na comprovação da miséria e injustiça e em suas causas globais. Como boa teologia, traduz isso em categorias especificamente cristãs (como o fizeram os bispos em Medellín e Puebla). Pondo-se no ponto de vista da fé e do plano salvador de Deus, para a teologia esta situação é um pecado. Em outras palavras, além de reconhecer nesta situação violações à dignidade do homem (em que os cristãos coincidem com todos aqueles que no mundo atual buscam a justiça), o crente vê nisto uma ofensa a Deus. Uma situação que ofende a Cristo e ao Reino que ele veio fundar. Uma situação que tem necessidade de redenção (Puebla, Mensagem aos povos).

Esta tomada de consciência de que o pecado se cristaliza também nas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais injustas e desumanas, é uma contribuição típica da teologia da libertação. É também uma contribuição típica o fato de colocar a realidade do pecado, tão tradicional no cristianismo, no centro de sua reflexão teológica. Segue-se daí que sua intenção é profundamente pastoral.

### *Um desafio à consciência cristã*

A realidade deste pecado, com a conseqüente aspiração dos povos a sair dele — aspiração à libertação — é um apelo à consciência dos cristãos no sentido de trabalhar por esta libertação; é um desafio à consciência pastoral da Igreja, que está chamada a assumir o processo libertador em todas as suas facetas, em sua missão evangelizadora; evangelizar é também salvar destas situações de pecado. Em sua missão evangelizadora de índole religiosa, a Igreja alcança a raiz mais profunda da consciência e do comportamento humano e, através disso, todas as suas dimensões sociais.

### *Uma visão cristã da libertação social*

Então, libertação social consiste em mudar as consciências? Transformar os

homens de egoístas em altruístas? Ou, mais objetivamente, mudar as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais: fazer uma revolução social? Entre este último enfoque, sustentado por algumas ideologias, e o primeiro, sustentado por outras, inclusive por alguns católicos, a teologia da libertação tem uma visão mais complexa, mais realista, mais de acordo com a natureza humana. Mudança de estruturas — mudança de pessoas — é um dilema falso, onde cada um dos pólos é insuficiente, como demonstra a experiência.

É verdade que o homem está condicionado por sua estrutura social (classe, modelo social etc.). Também é verdade que o espírito humano transcende o coletivo absoluto, e em qualquer estrutura pode ser egoísta ou altruísta. A libertação cristã propõe, por conseguinte, que a mudança deve processar-se nas duas fontes: na transformação das consciências e na transformação das estruturas. Dialeticamente, uma ajuda à outra, pois o homem influi nas estruturas e estas nele, a um só tempo. Sem esperar fazer uma revolução social para mudar o homem (este continuará igual), nem terminar primeiro a tarefa da educação das consciências para fazer as mudanças estruturais, pois aquelas são educadas também por estas.

A libertação cristã é, por conseguinte, uma tarefa global, interior e pessoal, e ao mesmo tempo sócio-política, econômica etc. Neste ponto todos os teólogos da libertação estão de acordo.

Quanto aos aspectos especializados na libertação social e na análise crítica da realidade, há diferença entre eles. São diferenças legítimas porque versam sobre categorias sociais que não estão vocacionadas a deformar o discurso teológico. Voltaremos a isso posteriormente.

Contudo, em todos os casos, a teologia da libertação tem insistido no fator político (relação fé e política, importância dos poderes públicos nas mudanças sociais, necessidade de participação do povo no poder etc.). Tem-se acusado esta teologia de reducionismo político, de politizar a teologia... Deve-se entender bem este aspecto. Nenhum teólogo da libertação — teólogo, não ideólogo — pretende que a libertação cristã se reduza somente ao político, como já dissemos. Acentuar algo não é dar-lhe exclusividade. Então, é legítimo concluir que, dada a realidade social latino-americana, o fator político é predominante na sociedade. Por isso, dá-se ênfase na sua interpretação teológica, o que não significa marginalizar outros fatores, sobretudo o da libertação radical do pecado por Cristo, no qual todos são unânimes em insistir.

Já vimos atrás que a mesma Conferência de Puebla confere uma importância especial à política e ao compromisso político dos cristãos em face da libertação. Atribui à política um aspecto englobante, porque tem como fim o bem comum da sociedade, embora não esgote toda a vida social (380). Diz que a Igreja, tomada em seu conjunto, deve estar presente no mundo político (832-835), e que o compromisso político dos leigos — cuja missão própria é comprometer-se na política de partidos — é de especial importância e urgência em vista da libertação (629-631).

*Várias tendências na teologia da libertação*

A teologia da libertação não é unívoca. Existem nela várias correntes e tendências. Isso depende da diferente maneira pela qual se aborda a realidade dos oprimidos na América Latina e dos vários aspectos que se enfatizam ou privilegiam em sua situação e processo de libertação. Há teólogos latino-americanos que dão mais importância às raízes culturais e históricas do povo latino-americano, e ao seu significado pretérito e atual no processo da libertação. Sublinham a importância da religiosidade popular e de sua dimensão libertadora. Trabalham bastante com a idéia de “povo”, valorizam os “populismos” e as virtualidades libertadoras do povo oprimido.

Outros teólogos dão mais importância aos fatores econômicos e ideológicos da injustiça; insistem mais nas classes sociais em conflito como ponto de partida para a libertação. Nesta tendência dão-se mais coincidências com elementos da análise marxista (de maneira legítima, segundo eles, pois são os elementos que as ciências sociais de orientação crítica aceitaram como válidos: crítica ao capitalismo dependente, ao imperialismo econômico, o conflito de classes sociais como um fato inerente a este sistema, a forte influência dos fatores econômicos nas demais estruturas da sociedade...). Qualificar estes teólogos da libertação como “marxistas” é, no mínimo, ignorância.

Esta diversidade de tendências provém também do enfoque propriamente teológico, dos temas que se privilegiam ou que se consideram mais significativos para a missão libertadora dos cristãos. De fato, os teólogos da libertação se especializaram mais em certas questões, o que os levou a uma complementaridade. Temos alguns que trabalham mais a partir da categoria do pobre e de sua libertação na Bíblia; outros se concentraram mais na cristologia e a libertação; ou na eclesiologia; ou no tema do Reino de Deus e sua significação para a libertação; ou ainda na Virgem Maria etc.

Mas não se deve supervalorizar as diferenças do pluralismo na teologia da libertação. Todos têm a mesma perspectiva do pobre e explorado da América Latina; da libertação cristã; de tornar mais autêntica e digna de fé a ação evangelizadora da Igreja; de formular a fé católica de maneira significativa para a situação da América Latina e de seus povos.

As próprias diferenças nunca são unilaterais e nem se excluem mutuamente. Situam-se antes como insistências e matizes. Também há influências mútuas entre os teólogos ou as diversas correntes, de modo que em muitos casos é tarefa complexa distingui-las. Além disso, os teólogos da libertação evoluem — e bastante — dada a sua preocupação em serem fiéis à realidade do pobre e à sua perspectiva. Por isso mesmo, é difícil fazer classificações e listas rígidas. Esta é também a razão por que me absteve de dar nomes para caracterizar as diversas tendências.

É necessário aludir a uma corrente de “teologia da libertação” que, segundo meu modo de ver, se afasta das demais, aproximando-se mais de uma “ideologia da libertação” do que de uma teologia. Esta tendência foi diminuindo de importância e peso no pensamento latino-americano. Hoje é claramente minoritária. Caracteriza-se por sua identificação, desde o começo de seu discurso, com análises e opções ideológicas, que condicionam as elaborações posteriores. A reflexão da fé é escassa e débil, particularmente a eclesiologia. Na minha opinião, muitas críticas



indiscriminadas contra a teologia da libertação — informadas ou desinformadas — dirigem-se precisamente contra esta corrente, mas sem distinguir suficientemente as suas diferenças decisivas das tendências anteriores, autenticamente teológicas e maioritárias.

Precisamente a esta corrente (além de outras tendências ou teologias não necessariamente latino-americanas) referia-se o papa João Paulo ao rejeitar no México “releituras do Evangelho..., que se afastam dos critérios centrais da fé e da Igreja”. Ou uma cristologia que faz de Jesus um lutador político, calando além disso as perspectivas profundas de sua missão. Ou uma idéia da libertação cristã ambígua ou reducionista...

### 3.

## OS PRINCIPAIS TEMAS TEOLÓGICOS

Devemos repetir que a teologia da libertação é antes de mais nada uma teologia católica. Se por sua própria natureza privilegia certos temas em sua reflexão, isso não quer dizer que ela exclua os demais. Não nega nem põe entre parêntesis nenhum dogma, nenhum ensinamento da Igreja. Sua contribuição, no conjunto da teologia, é a elaboração teológica “a partir” da realidade histórica particular das Igrejas na América Latina, especialmente a partir da experiência e do desafio que a libertação propõe à fé cristã.

Como toda corrente teológica, não pretende esgotar as tarefas da teologia no continente, mas sim, a partir de tudo o que foi dito anteriormente, tratar de aprofundar um aspecto capital de nossa vivência da fé e de nossa evangelização. Como é que se articula a salvação escatológica de Jesus Cristo com as diversas dimensões da libertação humana dos homens e dos povos? Que conseqüências isto tem para a missão da Igreja, para a espiritualidade dos cristãos, para a evangelização?

Para isso, os teólogos da libertação fornecem uma dupla contribuição. Por um lado, aprofundam de maneira especial alguns temas que ajudam a dar resposta às questões acima propostas. Por outro lado, ao chamar a atenção sobre a libertação e reflexioná-la teologicamente, põem em relevo algumas dimensões, muitas vezes descuidadas, de outros temas da teologia. Por exemplo em cristologia, aspectos da repercussão e dimensão sócio-política da mensagem e da vida de Jesus; na eucaristia, sua significação na construção de uma sociedade mais justa e fraterna; em mariologia, a esperança que a Virgem comunica aos pobres e aos oprimidos etc.

Assim, a teologia da libertação tem certamente um campo próprio de reflexão (o da libertação cristã). Ao mesmo tempo, porém, tem uma irradiação em todo o campo teológico. Não se trata de reelaborar todos os tratados de teologia ou de espiritualidade, mas sim de incorporar a eles novas contribuições.

Agora procurarei propor os temas mais típicos da teologia da libertação. Os principais, os que lhe servem de esqueleto e que praticamente todos os teólogos que se ocupam do assunto já abordaram. Isto porque na temática teológica há bastante consenso entre eles, com as diferenças próprias de dar mais importância a este ou àquele tema, de abordá-los em forma mais bíblica ou especulativa, com mais ou menos acentuação pastoral...

Num espaço limitado de uma síntese, como esta a que me proponho, não é possível tratar exaustivamente toda esta temática teológica, já que alguns destes temas têm sido objeto de extensos artigos. Contentar-me-ei em seguir o estilo sintético deste trabalho.

Antes de mais nada, porém, perguntemo-nos sobre a legitimidade e o caráter eclesial da elaboração temática da teologia da libertação. Até onde se apóia no magistério da Igreja na América Latina? Vamos comprovar isso nos dois documentos primordiais: as conclusões de Medellín e de Puebla.

Na Conferência de Medellín não se pode esperar um grande desenvolvimento da teologia da libertação. Medellín é precisamente seu grande ponto de partida, embora o tema da libertação cristã já fosse tema de reflexão e compromisso nas comunidades e movimentos apostólicos. É Puebla que recolherá a semente de Medellín. Não obstante, Medellín já adianta alguns temas de reflexão teológica neste campo: a presença salvífica de Deus nas libertações históricas (Introd. Conclus. 6); o desenvolvimento e libertação humana como antecipação do Reino (Justiça, 5); a opção da Igreja pelos pobres e pela pobreza (Pobreza, 5ss), a imitação da opção de Jesus (idem, 7); o primado da evangelização dos pobres, unida à sua libertação (inúmeras passagens, principalmente Pobreza, 9ss; Justiça, 3-5); a relação fé-justiça (Justiça 3-5); Cristo libertador (idem, 4) etc...

Na Conferência de Puebla encontramos uma teologia da libertação? Antes de responder diretamente a isto, é preciso dizer que não é próprio de um documento episcopal elaborar teologias. Deve-se procurar ali afirmações sobre a fé da Igreja, e certas linhas teológicas fundamentais que devem servir de ponto de referência para o trabalho dos teólogos e das comunidades. Por isso mesmo deve-se excluir que Puebla se proponha sistematizar a teologia da libertação, ou vá citá-la como respaldo de suas afirmações, ou simplesmente que vá mencioná-la. Mas o que sem dúvida se pode fazer é constatar até onde a teologia latino-americana da libertação influenciou no documento de Puebla: é a maneira como a Igreja oficial legitima a teologia.

Deste ponto de vista, constatamos que Puebla utilizou amplamente esta teologia, a tal ponto que suas grandes opções pastorais não se entendem sem ela. Comprovemos isso brevemente.

Em Puebla há uma opção preferencial em favor dos pobres, justificada bíblica e pastoralmente. O tema é central na teologia da libertação e atravessa todo o documento de Puebla. As citações seriam inúmeras (ver sobretudo o capítulo “Opção preferencial pelos pobres”).

Esta perspectiva se atualiza em outros temas. O compromisso com a libertação dos pobres é apresentado como o mais urgente e significativo para os cristãos, como a melhor expressão de seu amor a Deus e da imitação de Jesus (Doc. Puebla, 224, 909 sobretudo). Isso significa que a práxis cristã da libertação certamente é um “lugar teológico”.

Puebla afirma a dimensão libertadora, e mesmo política da fé (381 e 382, sobretudo); a dimensão histórica (social, política, econômica, cultural) da libertação de Jesus Cristo (354, 245 etc.). E a cada instante reitera que a evangelização, portanto, é histórica na mesma linha da salvação de Jesus Cristo.

Puebla retoma a idéia de Medellín do Deus libertador, que se revela, anuncia, promete e realiza nos homens seu Reino de libertação total, através das libertações históricas, a partir de Abraão (102).

Na Cristologia de Puebla (não só na mais explicitamente elaborada, mas também na que está dispersa em todo o documento) encontram-se muitos elementos próprios da teologia da libertação. Jesus motor da História e inspirador de uma verdadeira mudança social (97); Jesus solidário com seu povo (98); o sentido libertador da cruz e da páscoa (177); sua opção pelos pobres e pela pobreza (905-906), e o lugar privilegiado dos pobres em seu Reino e em sua práxis evangelizadora (idem).

Para a Igreja, Puebla quer “uma identificação cada vez mais plena com Cristo pobre e com os pobres” (904). Uma Igreja que se converte aos pobres e à sua evangelização libertadora (922), e que também se deixa evangelizar por eles (923).

A Virgem Maria recupera em Puebla sua dimensão libertadora e solidária com a justiça aos pobres, e nisso Maria vê uma dimensão da salvação que seu Filho traz (908, citando o Magnificat).

A evangelização libertadora que perpassa todo o documento de Puebla (há um capítulo inteiro dedicado ao tema), evidentemente requer o respaldo de uma teologia, que não pode ser outra senão a teologia libertadora ou da libertação. Puebla reconhece e afirma isso, ao dizer que “a teologia, a pregação, a catequese, para serem fiéis e completas devem ter diante dos olhos o homem todo e todos os homens, e comunicar-lhes adequadamente ‘uma mensagem particularmente vigorosa em nossos dias sobre a libertação’” (EN 29; Puebla 350).

Com estes antecedentes, vejamos agora, de maneira sintética, os temas-chaves da teologia latino-americana da libertação.

### *A dimensão salvadora do serviço ao pobre*

É uma das questões mais significativas, central na teologia da libertação, que reflete a partir de um continente de pobres. A intuição fundamental é que no cristianismo o essencial é o sentido do pobre, uma opção pelos pobres, o serviço da libertação dos pobres. Isto constitui um critério decisivo para Jesus em ordem à salvação.

Este tema é muito rico. Vou formulá-lo, em seus termos essenciais, no esquema de síntese que me propus.

Na vida cristã, o sentido do pobre é tão capital, que é inseparável do próprio sentido de Deus. Isto é um ensinamento permanente dos profetas, para os quais o culto a Deus é vão sem a justiça e o amor ao pobre, e a verdadeira conversão dá-se no serviço ao irmão, particularmente o oprimido e o necessitado (cf. Is 1,10-17; 58,6-7; etc.).

Parece inútil insistir como na Nova Lei, o Evangelho de Jesus, este sentido do pobre, como encontro salvador com Deus, ficou reforçado e foi levado a novas dimensões. São bem-aventurados (Lc 6,20); a eles dirige-se principalmente a Boanova (Lc 4,18; 7,22). Há uma presença privilegiada do Senhor nos pobres, nos sofredores e nos oprimidos: “Em verdade eu vos digo: todas as vezes que fizestes isto (dar de beber, de comer, visitar o enfermo e o preso, vestir o despido etc.) a um

desses meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes” (Mt 25,40).

Nesta mesma parábola do juízo final, o serviço libertador (ainda material) do pobre é o caminho da salvação, e a falta de sentido do pobre, como irmão necessitado, o caminho da perdição (cf. Mt 25,31ss).

Para Jesus o cumprimento da lei da salvação se resume no amor a Deus e no amor ao irmão (cf. Mt 23,37-40) e este amor ao irmão, em seu ensinamento, verifica-se na misericórdia com o irmão necessitado, o pobre. (A pobreza bíblica abrange muitas necessidades, mas estas possuem sempre um rosto de sofrimento que nos revela o irmão como um pobre: enfermidades, desgraças, abandono etc.). Essa é a mensagem da parábola do bom samaritano (cf. Lc 10,25-37): para cumprir com a lei salvadora do amor ao irmão devemos imitar o samaritano; servir eficazmente o Pobre que Deus põe em nossa história.

### *A importância do amor eficaz ou da práxis*

A exigência de servir eficazmente o pobre, como o samaritano (neste caso, o pobre era um ferido e espoliado), é precisamente o que temos chamado de “compromisso pela libertação”. No começo já se disse que este compromisso, ou práxis libertadora, é uma das referências (lugar teológico) da teologia da libertação. Agora vemos que compromisso com a libertação, práxis libertadora e caridade eficaz com o pobre identificam-se.

Esta teologia deu ênfase ao valor insubstituível da caridade eficaz, da práxis no cristianismo. E a crítica de um cristianismo “ideológico”, corretamente doutrinal mas cuja fé não se encarna na realidade, não se faz eficazmente histórica. Um cristianismo de muita “ortodoxia” mas de pouca “ortopráxis” (ortopráxis é a ortodoxia feita práxis, ou seja, a atividade dos cristãos que está de acordo com a fé). Este tipo de cristianismo, que predominou em muitos católicos, contribuiu bastante para separar os crentes das questões temporais e sociais, privatizando sua fé, separando-a do que hoje chamamos de “as tarefas da libertação”.

Questionando um cristianismo que se identifique unilateralmente em termos de ortodoxia e reivindicando a ortopráxis, a teologia da libertação não desaprova a ortodoxia nem propõe um cristianismo baseado puramente na práxis, e na práxis libertadora. Bem entendida, ajuda o equilíbrio da vida cristã, que na sua melhor tradição é uma dialética de ortodoxia e de ortopráxis, em que um aspecto não pode existir sem o outro. O Novo Testamento está repleto de critérios a respeito. Os ensinamentos de são Tiago e de são João sobre a necessidade do amor eficaz para com o necessitado, sem o qual a fé não vale nada (Tg 2,14-26; Jo 3,16-20), continuam o ensinamento do mesmo Jesus, nas parábolas do juízo final e do bom samaritano, acima citadas. Em seu encontro com Zaqueu (Lc 19,1-10), cuja adesão ao Senhor inclui a colocação de seus bens a serviço dos pobres e da justiça, na mensagem do sermão da montanha etc.

Poderíamos dizer que a teologia da libertação é uma teologia ortodoxa que apóia sua reflexão crítica na ortopráxis da Igreja e dos cristãos na América Latina.

Procura encarnar sua fé nas questões econômicas, culturais, sociais e políticas, tendo em vista a evangelização e a libertação cristã.

### *As libertações históricas como sinais da salvação de Deus*

É a outra face do ensinamento bíblico sobre o serviço libertador do pobre. Se este serviço é salvador, também quando Deus salva sua salvação se significará e experimentará nas autênticas libertações das opressões e servidões históricas.

Este tema tem sido bastante trabalhado pelos teólogos da libertação. Na sociedade, na história, na vida dos homens, há acontecimentos e experiências autenticamente libertadores. Um fato que leve justiça aos oprimidos; uma mudança política que realmente crie mais liberdade; a superação de vícios, doenças crônicas etc.

Tudo isto não é estranho à salvação de Jesus Cristo e ao seu reino. São um signo — precário, limitado — da salvação total e do reino definitivo. Colocando isto em destaque, a teologia da libertação presta um serviço à própria evangelização. Faz-nos ver que os frutos ainda reduzidos, de toda libertação humana são um anúncio de que Jesus Libertador está atuando, que não se esqueceu dos sofredores e dos abandonados e, enfim, que seu reino de amor já está entre nós.

Para ilustrar bíblicamente esta dimensão religiosa das libertações temporais, muitos teólogos da libertação recorrem ao Êxodo e aos milagres de Jesus.

O Êxodo é a saída do povo de Israel da servidão do Egito. Sob a orientação de Moisés, é conduzido à Palestina, a terra prometida, para que se estabelecesse como um povo independente. Literalmente, o Êxodo é um fato político: a libertação de Israel, da opressão egípcia. Portanto, para os israelitas, uma experiência política libertadora. Além do significado político, entretanto, o fato tem um significado religioso: a experiência de Deus que salva, que arranca seu povo da servidão do pecado, que cumpre com sua promessa de fazê-lo povo eleito.

Como afirma a Conferência de Medellín: “Assim como outrora Israel, o primeiro Povo, experimentava a presença salvífica de Deus quando o libertava da opressão do Egito, assim também nós, novo Povo de Deus, não podemos deixar de sentir seu passo que salva quando se dá o verdadeiro desenvolvimento, que é o passo, para cada um e para todos, das condições de vida menos humanas a condições mais humanas” (Introdução às Conclusões, 6).

E acrescenta a Conferência de Puebla: “A história de Abraão e a eleição do povo de Israel; a história de Moisés, da libertação do povo da escravidão do Egito, e da aliança do Sinai; a história de Davi e de seu Reino; o exílio de Babilônia e a volta à terra prometida, mostram-nos a mão poderosa de Deus Pai que anuncia, promete e começa a realizar a libertação de todos os homens do pecado e de todas as suas conseqüências” (Doc. Puebla, 102).

A mesma reflexão pode ser feita a partir dos milagres de Jesus. Eram ações de libertação terrena: multiplicar pães para alimentar as multidões, curar doenças, devolver a paz aos possessos... em sua intenção, todavia, tinham um significado mais

profundo e religioso: deviam levar aos judeus a crença de que a salvação que Deus lhes prometera já estava entre eles. Assim, para confirmar aos mensageiros de João que ele era o Messias, Jesus lhes respondeu: “Contai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, anuncia-se a Boa-nova aos pobres...” (Lc 7,22).

Para além destas libertações humanas limitadas, a fé dos discípulos podia perceber que a salvação definitiva de Deus libertador e misterioso já atuava neles.

### *A libertação a partir do exílio e do cativo*

Muito frequentemente os pobres e oprimidos não experimentam durante longos períodos Sinais de libertação terrena. É o caso atual da América Latina, onde a libertação social parece postergar-se indefinidamente.

Esta situação entre nós tem dado lugar a críticas apressadas à teologia da libertação. Segundo alguns, esta teologia estaria superada, pois somente funcionaria quando ocorresse um processo global e real de libertação. Em tempos de servidão não teria muito a dizer.

Esquece-se que na realidade humana e nos processos históricos ocorrem sempre aspirações de libertação e situações de servidão. Nunca ocorrem apenas situações de libertação, e isto até o estabelecimento do reino definitivo. Mais ainda, em certos momentos, a situação de servidão pode ser dominante. Em todo caso, libertação e servidão são correlativas, e falamos de uma porque sempre, de alguma forma, está presente a outra. Paradoxalmente e num sentido negativo, a teologia da libertação poderia ser chamada também de “teologia da servidão”.

Ultimamente, os teólogos da libertação têm refletido a partir desta perspectiva. Alguns falam de uma teologia do exílio ou do cativo, já que o exílio-cativo dos judeus em Babilônia serve-nos de inspiração bíblica para elaborar uma teologia libertadora para tempos de servidão sistemática.

O problema dos israelitas no exílio — e dos povos oprimidos que encontram nele um símbolo de sua situação — é de como crer e esperar num Deus Libertador nessas condições. Como viver o cativo libertadoramente. Para isso, o ensinamento dos profetas do Exílio dá-nos elementos para uma interpretação cristã e libertadora.

A missão destes profetas era manter viva a esperança nas promessas do Deus Libertador. Era também recordar as condições e a natureza da verdadeira libertação, que os judeus haviam esquecido, seduzidos pelos êxitos temporais e pelo poderio político. Nesta linha, uma teologia da libertação-no-exílio, ao mesmo tempo em que fornece à consciência dos homens o ensinamento teológico-espiritual de que temos falado, aproveita para acentuar elementos da libertação que podem ficar na sombra nos tempos de “euforia”.

Concretamente, a dimensão interior da libertação. O exílio serviu ao povo de Israel para interiorizar uma libertação concebida em termos excessivamente temporais. Da mesma forma, o exílio e a servidão ensinam o valor libertador da solidariedade, da fraternidade, do serviço ao pobre. A experiência nos ensina que os

tempos difíceis de opressão, sofrimentos e servidões sistemáticas também são tempos em que despertam a fraternidade e a solidariedade no povo. E isto é um prelúdio da libertação. Disse Isaías:

“Se apartares de ti todo o jugo, se não apontares com o dedo e não falares maldades, se repartires com o faminto teu pão e deixares saciada a alma aflita; resplandecerá nas trevas tua luz e o escuro será como meio-dia... Reedificarás tuas antigas ruínas, levantarás os cimentos de passadas gerações.”

O exílio revela-nos também que a raiz da libertação é a destruição do pecado, e que isto não se realiza sem a purificação da cruz. O exílio redescobre a cruz e seu tradicional valor libertador, incorporando na teologia da libertação a teologia da cruz, que nos permite viver a dor libertadoramente (cf. Doc. de Puebla, 177).

### *A unidade entre a construção de uma sociedade melhor e a salvação de Jesus Cristo (Criação e Redenção)*

Os quatro temas que seguem correspondem a postulados teológicos que estão implicados nas reflexões bíblicas anteriores, sobre o sentido cristão do pobre e de sua libertação. Por isso, a teologia da libertação deu importância a estes temas — que em nossos dias toda boa teologia católica reconhece e utiliza — procurando lê-los e interpretá-los a partir da realidade própria da América Latina.

Um destes postulados é o da unidade e continuidade que existe, no plano de Deus, entre a criação e a salvação. Entre as tarefas de construção do mundo, da história, da sociedade, e a salvação. Ou entre as tarefas de libertação humana e as tarefas que comunicam a salvação (a evangelização).

A este propósito, Paulo VI recolhe os ensinamentos do Concílio, de Medellín e de outros Sínodos, e inspira Puebla (para citarmos apenas o mais divulgado do magistério da Igreja), quando afirma: “Entre evangelização e promoção humana — desenvolvimento, libertação — existem efetivamente laços muito fortes... Laços de ordem teológica, já que não se pode dissociar o Plano da Criação do Plano da Redenção, chegando até a situações bem concretas de injustiça, que deve ser combatida, e de justiça, que deve ser restaurada...” (*Evangelii Nuntiandi*, 31).

Se por um lado sabemos que as tarefas da salvação (evangelização) não se reduzem às tarefas da criação (libertação da natureza, libertação social, libertação histórica etc.), por outro lado não podem dissociar-se. Estão unidas no mesmo desígnio salvador de Deus, onde as tarefas da criação ocupam uma dimensão. Portanto, o pecado não é somente uma desordem espiritual, diante de Deus, mas também uma desordem na criação (na história, na natureza, na sociedade: injustiças, abusos de poder, má repartição de riquezas etc.). Com efeito, todos os lucros na construção de uma sociedade mais humana e fraterna são um avanço para a salvação que Cristo nos trouxe.

### *A “antecipação” do Reino de Deus*



Na mesma linha, o reino que Jesus anunciou e inaugurou não é uma realidade reservada somente ao céu. Este se vai antecipando na terra — em cada homem, na sociedade — à medida que esta se humaniza. Não se trata apenas de comprovação; é também uma tarefa, particularmente dos crentes, de trabalhar nos caminhos da libertação humana, já que estes promovem e antecipam o Reino prometido, que alcançará sua plenitude no céu.

Trabalhar pela libertação é fazer que a sociedade e a história da América Latina glorifiquem a Deus desde já.

### *A salvação se faz na história*

Pelo que foi dito, no plano de Deus não há duas histórias paralelas, isto é, uma história humana e uma história de salvação. A história humana seria, pois, como um marco, uma “ocasião” onde cada homem individualmente vai sendo fiel ou infiel à lei de Deus, no caminho da salvação ultra terrena.

Da mesma forma que há um único desígnio salvador de Deus, que intercala a criação, há também uma só história — a história do gênero humano — na qual Deus, a partir das origens e, decisivamente, com a aparição de Jesus, vem intervindo para salvá-la. História humana e história da salvação são indissociáveis. A história da salvação é o fio de Graça que acompanha a história humana, a partir de suas próprias raízes, e que em certos momentos emerge mais densamente (nos sacramentos da Igreja, no anúncio do Evangelho...).

Por conseguinte, a salvação dá-se na história e somente dentro dela. Na resposta, negativa ou positiva, às exigências da história (que lhe revelam as exigências de Deus), o homem realiza ou frustra sua vocação eterna.

O homem se salva à medida que sua história pessoal abre-se ao amor, aos demais, colaborando historicamente na construção de um mundo mais justo e fraterno.

Neste contexto, a práxis cristã de libertação é uma fonte de espiritualidade e para muitos, a via histórica de sua salvação.

### *História, escatologia e esperança*

Reivindicar o valor salvador das tarefas históricas é reconciliar a escatologia com a história. A escatologia não são os acontecimentos que sucederão no fim dos tempos (isto é “apocalíptica”); a escatologia é uma dimensão da mesma história, vocacionada a prolongar-se além de si mesma no reino de Deus definitivo. Se a história pode salvar ou condenar é porque “já é escatológica” (a graça de Jesus Cristo, irreduzível a qualquer processo puramente humano, atua nela). Portanto, a libertação

“já” é escatológica, mas “ainda não” plenamente. É uma exigência sempre possível, mas nunca completada. Vive ao mesmo tempo de realizações e de esperança.

A esperança cristã é essencial na elaboração da teologia da libertação. A esperança e a fé nas promessas que Jesus nos fez. Através delas sabemos que a libertação plena dar-se-nos-á com toda certeza. A esperança também se vai realizando, ainda que precariamente, na história, onde Deus já nos vai comunicando suas promessas. Esperar é crer no cumprimento final da Promessa de libertação; é também saber reconhecer Deus libertador, que cumpre com sua Promessa, na realização das “promessas” parciais na história. A esperança cristã não só “se espera”, mas também “se faz”. Este “que fazer” da esperança, que semeia a história com “promessas”, é a libertação.

### *Libertação, reconciliação, fraternidade*

Poder-se-ia crer que a libertação dos oprimidos é incompatível com um compromisso pela reconciliação. Ou trabalhamos para que nossa sociedade injusta, e por isso conflituosa, resolva seus conflitos em favor dos espoliados e desprotegidos (libertação), ou trabalhamos para esquecer os conflitos e unir-nos numa harmonia social (reconciliação).

O problema assim colocado é um falso dilema. Em nossa visão cristã, o compromisso com a libertação implica na reconciliação; e as tarefas da reconciliação são ineficazes e enganosas quando não supõem o trabalho da libertação. A teologia da libertação admite como parte de sua elaboração uma teologia da reconciliação. Isto por razões às vezes sociológicas, outras vezes evangélicas, próprias de seu método interdisciplinar.

A vida da sociedade e da história nos fala de uma dupla tensão que as atravessa. A primeira é uma tensão de injustiça, pela qual os homens abusam e exploram a outros homens, grupos sociais a outros grupos sociais, nações a outras nações. Alguns chamam esta tensão na história a do “senhor e do escravo”. Isto é um fato concreto, e é por isso que falamos de teologia da libertação na América Latina. O marxismo utilizou e continua usando esta tensão em sua análise e política.

Há também uma segunda tensão histórica, que nos leva a um sentido contrário: os homens, os grupos sociais, as nações procuram unir-se, entender-se, integrar-se, tornar-se fraternos, reconciliar-se. Esta tensão é chamada a do “homem e da mulher” ou “do pai e do filho”. Também é um fato real. É mais forte e mais experimentável ainda que a anterior. Por isso falamos de reconciliação. A libertação cristã da sociedade e da história dá-se dialeticamente na fidelidade a libertar os oprimidos de suas servidões, e na fidelidade à vocação dos homens a reconciliarem-se e fazerem-se irmãos.

Pelo caminho do Evangelho chegamos à mesma conclusão. Jesus veio no meio da história e se entregou à morte para libertar e para reconciliar ao mesmo tempo. Para nos libertar do pecado que se cristaliza no coração do homem e nas estruturas sociais injustas, que conduz muitos homens a servidões inumanas. A libertação de

Jesus confronta-se com a tensão do “senhor e do escravo” para destruí-la. “Derrubou os poderosos de seus tronos e elevou os humildes. Saciou de bens os que têm fome e aos ricos despediu de mãos vazias” (Lc 1,52ss).

Jesus também se entregou para nos reconciliar; para nos converter de egoístas em altruístas; para fazer de uma sociedade dividida uma sociedade de irmãos... “Jesus devia morrer pela nação, e não somente pela nação, mas também para unir num só corpo os filhos de Deus que estavam dispersos” (Jo 11,52). A partir de Cristo convivem na história a dispersão e a reconciliação, a servidão e a libertação, em marcha até à fraternidade definitiva na casa do Pai.

Nesta perspectiva, não há verdadeira reconciliação, como retorno à fraternidade, sem o advento da justiça, a luta contra as servidões, a libertação dos oprimidos. Outro tipo de reconciliação não é cristã; é um manto que cobre o pecado da injustiça e a paz trazida é precária e ineficaz. Tampouco há verdadeira libertação se não se constrói a fraternidade. Se além do compromisso com a justiça, esta não desemboca numa sociedade de irmãos. Pois a perspectiva final da teologia da libertação é uma sociedade ao mesmo tempo justa e fraterna. Por isso, neste sentido, integra-se com uma teologia da reconciliação.

### *Jesus Cristo Libertador*

Diz João Paulo II: “A libertação é uma realidade de fé, um dos temas bíblicos fundamentais, profundamente inscrito na missão salvadora de Cristo, em seu ensinamento e em sua obra redentora” (Discurso em Roma, 2 1-2-79).

A teologia da libertação não é “horizontalista” nem “sociologista”, porque crê e apresenta Jesus como o único libertador definitivo e confiável. Jesus é libertador porque é redentor do pecado por sua cruz e ressurreição. Jesus é libertador porque, com sua redenção, é fonte das libertações humanas.

Ele está na raiz de todo processo histórico que arranca os homens das injustiças e das servidões sociopolíticas e temporais, pois a raiz de toda opressão é o pecado, e somente sua graça redentora é capaz de destruir esta raiz. Somente Jesus, ao se enxertar com sua cruz libertadora na raiz pecaminosa da história, assume todas as dimensões da libertação humana: a que se realiza no interior de cada homem, na sociedade; a que se realiza no tempo e a que se realiza plena e definitivamente na eternidade. A libertação de Jesus é a única libertação integral.

A libertação de Jesus é uma libertação pascal, já que ele, realizando a Páscoa, destruiu radicalmente, com sua própria morte, toda forma de servidão, e criou todos os bens da liberdade por sua ressurreição. A libertação de Jesus Cristo consiste na realização no tempo, sempre precariamente, de sua plena libertação pascal, em essencial tensão escatológica.

Nesta perspectiva, a teologia da libertação procura “desprivatizar” a libertação de Cristo, sublinhando a dimensão social e política de sua mensagem e de sua ação. Cada situação e experiência humana pode encontrar no evangelho uma resposta, uma luz, uma inspiração adequada a ela. Nos tempos de aspiração à libertação temporal,

Jesus Libertador tem também uma mensagem. Não apenas porque liberta na raiz — pessoal e social — de toda servidão; também porque sua mensagem de conversão não é só individual, mas também questiona a sociedade injusta e opressora.

Em que forma se dá a significação sociopolítica da mensagem de Jesus e de sua ação? Porque é bem sabido que seu messianismo foi profético-religioso e não temporal-político. Para isto Jesus teve que resistir à tentação de assumir o poder político (tipificada nas tentações durante seus quarenta dias no deserto), e teve que resistir também à pressão do povo, que em várias ocasiões quis fazê-lo “rei” (líder político) para que o guiasse em sua luta contra a dominação romana e herodiana. Esta pressão teve seu “clímax” na entrada triunfal em Jerusalém na última semana que antecedeu sua morte.

É igualmente sabido (e é o que põe em destaque a leitura dos evangelhos que considera sua dimensão sociopolítica) que sua vida e sua mensagem perturbaram gravemente o poder estabelecido e criaram um movimento religioso de indubitáveis projeções sociais. Daí o paradoxo: Jesus, que sempre seguiu uma linha religiosa e que, ao mesmo tempo, repeliu explicitamente toda liderança temporal, foi finalmente julgado como subversivo social, como rival do poder de César, e condenado como um réu político (cf. Lc 23, 2.14ss).

Isto é conseqüência de sua mensagem religiosa que liberta do pecado. Sua mensagem significou uma crítica ao poder dominador, à riqueza injusta, ao monopólio do saber. Convocou os pobres e os marginalizados para o reino. Denunciou toda sorte de privilégios e desigualdades, diante da mesma paternidade de Deus. E por tudo isto, doravante, toda autêntica libertação histórica, todo ideal de justiça e toda opção pelos mais pobres e pelos abandonados poderá referir-se sempre a ele.

Neste sentido, Jesus é também o único libertador. A teologia da libertação não pretende “politizar” a figura libertadora do Cristo, mas sim chamar a atenção sobre a vertente política de sua mensagem religiosa.

Também não pretende reduzir a libertação de Jesus às outras libertações históricas que ele desencadeou. Na libertação de Jesus permanece como realidade essencial a redenção de nossos pecados, que é libertação para a eternidade. Assim, as libertações históricas não substituem a redenção, da mesma forma como a redenção não substitui o compromisso histórico em favor das libertações humanas. A libertação de Jesus, Filho de Deus, nos recorda a insuficiência da ação social e política para superar as diversas formas de exploração do homem pelo homem, que estão na base das opressões e injustiças. Sua superação requer a redenção que nos é oferecida em Cristo Libertador.

### *Espiritualidade da libertação*

Uma teologia se mostra autêntica na medida em que é capaz de inspirar e acompanhar as tarefas de evangelização e de gerar uma espiritualidade. Teologia, espiritualidade e pastoral são convergentes e indissolúveis no catolicismo!

Já constatamos amplamente o caráter pastoral da teologia da libertação: a evangelização libertadora e a opção preferencial pelos pobres na missão da Igreja latino-americana. Mais implicitamente, procuramos delinear as exigências, os valores, motivações e atitudes, as insistências bíblicas próprias de uma espiritualidade coerente com uma teologia e uma pastoral da libertação. Para terminar, explicitemos os grandes traços desta espiritualidade, sem pretensões de maior fundamentação e elaboração; isso já foi feito ao apresentar os temas teológicos assinalados acima, pois a espiritualidade é a teologia feita mística e vida.

Se toda espiritualidade é seguir a Cristo sob a orientação da Igreja, uma espiritualidade da libertação, como “espiritualidade latino-americana”, é seguir Jesus através das exigências e motivações próprias de um compromisso cristão na América Latina. Que matizes apresenta esta espiritualidade?

A espiritualidade da libertação enfatiza a humanidade histórica de Cristo, Jesus de Nazaré. Encontra em sua vida e nas ações concretas e no meio humano em que Jesus viveu, semelhanças históricas com a nossa realidade e com a maneira de levar avante a evangelização num mundo de pobres e marginalizados que não perderam a esperança cristã.

Esta espiritualidade inspira-se no caminho histórico que Jesus seguiu para realizar a sua missão. Sua absoluta fidelidade ao Pai e à causa do Reino apesar do conflito, da perseguição e da solidão. Seu amor universal, mas preferencial em relação aos pobres, aflitos e desamparados; sua compaixão pelas multidões; sua atitude de pobreza, misericórdia e perdão. A espiritualidade da libertação é uma espiritualidade que acentua o seguimento de Jesus histórico, que nos renova e anima pelo Espírito e que vê em Maria um exemplo de seguimento.

A espiritualidade da libertação recupera toda a força do sentido cristão do pobre, como uma presença privilegiada de Deus. Ajuda-nos a descobrir Deus nele, a purificar a nossa imagem de Deus como o Deus dos pobres, o Deus da justiça, o Deus Pai de todos que se revela particularmente usando de misericórdia com os aflitos e oprimidos. Ajuda-nos a fazer do serviço ao pobre uma experiência de amor e de contemplação de Jesus, e um chamamento a encontrá-lo mais densamente na oração e nos sacramentos.

A espiritualidade da contemplação exige que se recupere o sentido autêntico da contemplação cristã: experimentar a Deus na intimidade da oração, mas também no irmão, no pobre, na história. Isso requer que se una a contemplação e a oração ao compromisso. Verificar a oração com o compromisso, e a qualidade evangélica do compromisso na oração, na contemplação do Evangelho e na Eucaristia.

Viver a espiritualidade da libertação é viver também o valor redentor e libertador da cruz. Seguir Jesus Libertador até o sacrifício, incorporando-se à sua libertação radical do pecado e de todas as servidões humanas.

Por fim, não há espiritualidade libertadora na América Latina sem viver a esperança cristã. Aquela que brota da fé viva na ressurreição de Jesus, hoje atuante como realização e promessa da libertação total do homem e de seu mundo. Em razão da Páscoa de Jesus, a Esperança nos diz cada dia que nem o pecado nem a injustiça nem a opressão terão a última palavra na história. Esta cabe a Jesus ressuscitado, desde agora nossa justiça, nossa vida e nossa libertação.

As palavras de João Paulo logo depois de regressar da América Latina (discurso de 21-2-79), oferecem-nos a melhor síntese do que quisemos dizer: “Este tema (a libertação) nunca deixou de constituir o conteúdo da vida espiritual dos cristãos”.

## ÍNDICE

Apresentação .....	2
Apresentação da terceira edição depois de Puebla .....	4
<b>1. O SIGNIFICADO TEOLÓGICO E PASTORAL DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
Três maneiras de fazer teologia .....	6
Antecedentes históricos .....	7
Como se diferencia da teologia norte-atlântica.....	8
Uma teologia interdisciplinar .....	8
O que se entende por libertação.....	9
As duas fontes da teologia da libertação .....	11
<b>2. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO COMO CRÍTICA DA SOCIEDADE LATINO-AMERICANA.....</b>	<b>13</b>
Uma teologia crítica .....	13
Uma situação de pecado .....	14
Um desafio à consciência cristã.....	14
Uma visão cristã da libertação social .....	14
Várias tendências na teologia da libertação.....	15
<b>3. OS PRINCIPAIS TEMAS TEOLÓGICOS.....</b>	<b>18</b>
A teologia da libertação em Puebla .....	18
A dimensão salvadora do serviço ao pobre .....	20
A importância do amor eficaz ou da práxis .....	21
As libertações históricas como sinais da salvação de Deus .....	22
A libertação a partir do exílio e do cativeiro .....	23
A unidade entre a construção de uma sociedade melhor e a salvação de Jesus Cristo (Criação e Redenção) .....	24
A “antecipação” do Reino de Deus .....	24
A salvação se faz na história .....	25
História, escatologia e esperança.....	25
Libertação, reconciliação, fraternidade.....	26
Jesus Cristo Libertador.....	27
Espiritualidade da libertação .....	28